

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Outras disposições

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 142.º - A

Programa de combate aos resíduos da actividade piscatória em todos os portos, barras e praias nacionais

O Governo em 2023, ao reforço dos programa de combate aos resíduos da actividade piscatória, procedendo à colocação de pontos especificamente concebidos para recolha de redes e plásticos em todos os portos, barras e praias nacionais.

Nota Justificativa:

Verificam-se crescentes, um pouco por todo o mundo e pelas mais variadas associações e/ou organizações não ambientais nacionais, os alertas de que os resíduos dos materiais utilizados na actividade piscatória como linhas, armadilhas e redes de pesca, representa cerca de 85% do lixo plástico presente no leito marítimo, bem como que 640 mil toneladas de material de pesca são abandonadas anualmente no mar. (Segundo as Nações Unidas)

De resto, tal como aliás veiculado por vários meios de comunicação social nacionais, também “o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) calculavam em 10% a quantidade de plástico proveniente da actividade pesqueira que poluía os oceanos”.¹

Perante este cenário urge promover uma gestão dos resíduos provenientes da actividade piscatória, mais eficiente, de acordo com um plano de recolha específica, com especial enfoque nos portos, barras e praias portuguesas.

A par de uma necessidade, a implementação do plano acima mencionado deve inclusivamente revestir-se de um desígnio nacional e de consciência cívica, na medida em que sendo Portugal um dos países do mundo com maior superfície marítima a seu cargo, deveria ser também um dos territórios mais exigentes quanto ao seu respeito e manutenção, colocando-se na linha da frente quanto ao combate que a poluição marítima em todos os seus domínios, deve merecer.

Mais, concretamente no que às redes de pesca diz respeito, para lá do impacto directo que as mesmas têm enquanto agente poluidor, estima-se que as mesmas sejam elemento causador da morte de várias espécies marinhas, tal como alertado pela organização não-governamental Animal Protection, estimando a mesma que “as redes de pesca abandonadas matem por ano 100 mil baleias, golfinhos, focas, leões-marinhos e tartarugas”.

Já numa realidade bem mais próxima, acresce ao que se acaba de considerar, que não sendo biodegradável, o lixo marinho mantém-se durante um largo período de tempo como elemento de captura involuntária de muitos peixes e crustáceos, configurando assim um elemento desestabilizador do equilíbrio dos habitats e ecossistemas.

Esta é uma realidade a que não se pode virar a cara, devendo o Estado impulsionar todas as ferramentas e instrumentos de que disponha para que sem tréguas se possa travar este combate do qual, se não depender a nossa existência, dependerá certamente a relação da nossa existência com o meio ambiente e vice-versa.

São Bento, 11 de novembro de 2022

¹ [Material de pesca representa mais de 85% do lixo de plástico no mar | Oceanos | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)



O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa

